

PROCESSOS OBSTRUTIVOS NOS AGRUPAMENTOS HUMANOS

Por Luiz Carlos Osório / Médico Psiquiatra / Psicanalista pela International Psychoanalytical Association IPA-USA
SISTEMAS HUMANOS Ed. Artmed 2013

À medida que os agrupamentos humanos primitivos consolidaram-se – ou seja, se institucionalizaram –, tornaram-se eles mesmos instrumentos para a dominação e o poder de alguns de seus membros sobre os demais. Isso ocorreu tanto no seio da família, unidade grupal nuclear da sociedade, como em todos os demais grupos surgidos ao longo do processo evolutivo social. Assim, os grupos de depositários dos desígnios humanos, como eram em suas origens, passaram a ser gradativamente agentes modeladores dos desejos, pensamentos e conduta de seus membros.

Os sistemas sociais, as instituições e os grupos em geral são sempre – a par de seus objetivos específicos – instrumentos de busca e manutenção do Poder (assim mesmo, maiúsculado, para enfatizar sua magnitude e inadjetivado para caracterizar sua abrangência). Essa aspiração, ou desejo de Poder, está ligada às origens da condição humana e é o substrato dinâmico para as vicissitudes dos indivíduos na sua vida de relação.

Resumindo, entre os elementos que identificam a natureza intrínseca de qualquer agrupamento humano, desde os primórdios da civilização, destacam-se:

- a) O caráter universal da tendência à institucionalização dos grupos humanos, por meio da criação de normas ou regras restritivas à autonomia individual dos membros do grupo.
- b) O progressivo afastamento dos objetivos originais do grupo à medida que ocorre seu processo institucionalizante.
- c) A conquista ou manutenção de “estados de poder” como objetivo iminente a qualquer agrupamento humano.

Tudo indica que a família tenha sido o grupo primordial. Pela condição neotênica (ou larvária) do ser humano nos primeiros meses de vida extrauterina, não poderia ele sobreviver sem os cuidados dos adultos da espécie. Mesmo sabendo que não tinha o homem em seus primórdios conhecimento do papel do pai na geração da prole, pela observação do comportamento dos demais mamíferos superiores, podemos inferir que essa noção não é indispensável. O agrupamento familiar obedece a mecanismos meramente instintivos para providenciar proteção, agasalho e alimento para os descendentes.

O elemento cimentador das primeiras experiências grupais foi, sem dúvida, a *solidariedade*. Para enfrentar ameaças externas, sejam elas provindas de catástrofes naturais, animais selvagens ou outros seres humanos, o grupo primordial – representado pela família nuclear e por suas extensões subsequentes – desenvolveu sentimentos de lealdade e mecanismos de mútua proteção. Se a *rivalidade* balizava a relação entre famílias e tribos distintas, no seio de um mesmo agrupamen-

to humano predominava o elemento *solidariedade*, enquanto persistisse a ameaça externa. Na ausência ou o cessar desta competição, a luta pelo poder manifestava-se entre os membros de um mesmo grupo.

No processo de transformação dos grupos em instituições, observa-se um paradoxo: o progressivo afastamento dos objetivos originais do grupo à medida que ocorre seu processo institucionalizante. Dessa forma, se a família, em suas origens, tinha como objetivo imanente oferecer um espaço continente para os cuidados da prole e a conseqüente sobrevivência da espécie ao longo do tempo, com sua institucionalização, foi se tornando uma agência corporativa a serviço da manutenção do poder. Nesse contexto, criou-se a luta entre os gêneros e as gerações.

Não é diferente, em sua essência, do que ocorre no seio de instituições contemporâneas, tais como hospitais, escolas ou o próprio estado. Se um hospital surge com o propósito manifesto de dar assistência e reconduzir ao estado de saúde os enfermos, o vemos, ao longo de sua evolução, passar gradativamente a priorizar as necessidades de seus dirigentes e funcionários em detrimento do bem-estar de seus pacientes. Uma escola criada com a intenção de veicular conhecimentos e educar para a cidadania vê-se na contingência, por pressões da realidade circunstancial e por razões de sobrevivência, a se transformar em mero campo de treinamento para que seus alunos superem a barreira do ingresso em um curso universitário. E o estado, cujo objetivo precípua seria servir aos cidadãos e a suas comunidades, põe-nos a serviço de seu estamento burocrático e insaciável apetite fiscal.

Todo grupo se institucionaliza para a obtenção ou a manutenção do poder para seus membros e, sobretudo, seus dirigentes. Esse é um axioma que define o caráter intrínseco das instituições, sejam elas quais forem. Portanto, não há como entendê-las senão por meio do escrutínio da questão do poder à luz das contribuições das várias instâncias epistemológicas que o investigam e procuram compreender-lo em sua essência.

Sabemos que os seres humanos são capazes de inibir seu desenvolvimento psíquico e comprometer seriamente a realização de seus projetos de vida a partir de mecanismos autodestrutivos, que vão desde as “inofensivas” somatizações, que afetam os indivíduos em geral, até condutas francamente suicidas.

Analogamente, poderíamos dizer também que os sistemas sociais “auto-aniquilam-se” ou “suicidam-se”. Como ilustração dessa afirmação, poderíamos mencionar a desintegração do bloco político do Leste Europeu ocorrida nas últimas décadas do século passado. Os grupos também se autodestroem e perdem suas identidades nas dissidências ou fragmentações institucionais.

Nosso objeto de análise neste capítulo são os processos obstrutivos lentos, insidiosos, crônicos, nem sempre perceptíveis, e que estão contínua e reiterada-

mente debilitando os organismos grupais e minando seus objetivos imanentes. Tais processos seriam comparáveis às detenções no desenvolvimento ou aos fenômenos regressivos nos indivíduos; e, se quiséssemos continuar na analogia, diríamos que se estendem em uma gama que vai desde as fronteiras da normalidade até o nível psicótico, que não contempla as exigências da realidade e acaba constituindo-se em uma “morte em vida” pela impossibilidade de dar curso a um projeto existencial.

Para dar aos leitores uma ideia mais clara do que está nas origens desses processos obstrutivos do funcionamento grupal, é preciso recorrer a certas noções e conceitos psicanalíticos, aparentemente esparsos e desconexos, mas que se articulam na tentativa de compreender a gênese desses processos.

O primeiro desses conceitos é o *instinto ou pulsão de morte*, formulado originalmente por Freud e modificado posteriormente por Melanie Klein, para atender às injunções de sua aplicabilidade na clínica psicanalítica.

Valendo-nos da mesma liberdade de adaptar o conceito aos objetivos em pauta, tomaríamos aqui o *instinto de morte* não como um impulso ao autoaniquilamento, mas como uma forma de inércia do movimento em direção à vida, do crescimento, da evolução, das exigências de diferenciação do ser humano e de seu reconhecimento da existência do Outro – como algo, enfim, que boicota ou sabota o desenvolvimento psíquico do indivíduo.

Os poetas – esses sutis antecipadores do conhecimento científico – vêm em nossa ajuda para sustentar a ideia do instinto de morte como a apresentamos. Diz-nos Mario Quintana (1973): “A única morte possível é não ter nascido”. É a essa recusa às vicissitudes da existência e ao desejo de se manter *ad aeternum* o *estado de onipotência original*, que estamos aludindo quando nos referimos ao instinto de morte.

Mas o que vem a ser o *estado de onipotência original* referido?

Suponhamos que o bebê dentro do útero materno tem de si e do que o rodeia uma ideia de um todo fusionado e indissociável. Se um feto pensasse, provavelmente diria: “o universo sou eu”. Esta fórmula solipsista resume a essência psicológica do estado de indiferenciação inicial do ser humano na vida intrauterina. Essa fórmula transforma-se, pela contingência do nascimento, na premissa “o universo (mãe) existe em função de mim”, que será mantida ao longo dos primeiros meses de vida do bebê, em razão de sua condição neotênica, ou seja, sua incapacidade de sobreviver sem cuidados externos (maternagem).

A cisão primordial do nascimento e a conseqüente necessidade de adaptar-se às exigências de uma realidade que confronta o ser humano com a realidade de sua incompletude (e, posteriormente, com sua finitude) o levam a anelar o retorno ao que chamamos de *estado de onipotência original*, representação mental

do paraíso nirvânico, sem angústias, sem conflitos, sem desejos a demandar satisfações e, conseqüentemente, o corolário da negação da vida e suas vicissitudes. O impulso que se opõe à vida e a suas manifestações, tais como o desejo de crescer e aceitar os desafios do périplo existencial, é o que aqui entendemos por *instinto de morte*, e seu objetivo seria, portanto, o retorno ao *estado de onipotência original*, cujo paradigma é o narcisismo primário do bebê no “nirvana” uterino.

Narcisismo, noção que está intimamente relacionada e articulada com o instinto de morte, como foi aqui apresentado, é nossa próxima referência conceitual. Narcisismo que não é o amor a si próprio sugerido na lenda, mas a incapacidade de amar até a si próprio – conteúdo que transcende a imagem de Narciso mirando-se no espelho das águas para evocar o aspecto autodestrutivo subjacente na representação alegórica da volta ao estado onipotente original, pela fusão com a Mãe, simbolizada nas águas onde se deixa afogar.

Outra vez, os poetas vêm em nosso auxílio. Desta feita, são Vinicius de Moraes e Baden Powell (1966) que nos alertam, na letra de seu Canto de Ossanha, que “quem de dentro de si não sai vai morrer sem amar ninguém”. O Narcisismo é, pois, como o estamos considerando, essa impossibilidade de sair de dentro de si para a interação com o outro, esteja esse outro externalizado no seu mundo de relações pessoais ou internalizado sob a forma de representações de objetos afetivos no aparelho psíquico.

O Narcisismo seria, então, a expressão da libido represada, que, no contexto grupal, se evidencia por uma menor disponibilidade às interações afetivas e a uma menor consideração pelos direitos alheios, alimentando, dessa forma, os processos obstrutivos pelo estancamento da cooperação grupal indispensável à consecução da tarefa a que o grupo se propõe, seja essa qual for. Contudo, a libido represada impede a *admiração*, porque esta implica o reconhecimento do valor alheio. Destarte, as posturas narcísicas ensejam a eclosão de sentimentos invejosos.

A *inveja* lança suas raízes no solo que lhe é propício, o *narcisismo*, medra regada pela *hostilidade* que se espalha, qual erva daninha, no pasto da *mediocridade*. A inveja articula-se com o instinto de morte por ser um sentimento paralisante, impeditivo do progresso de quem o alberga e que deixa o indivíduo à margem dos movimentos evolutivos de qualquer grupo do qual participe. O indivíduo invejoso boicota as tarefas grupais, pois a competência dos demais em realizá-las exacerba seu mal-estar, lembrando que os invejosos geralmente são os membros menos talentosos e criativos dos grupos ou instituições. Como sói acontecer que o invejoso não tenha consciência da própria inveja (porque, para tê-la, é preciso ter acesso ao processo criativo a que chamamos *insight*, que está bloqueado pela

ação deletéria do instinto de morte enquanto agente bloqueador do crescimento ou da evolução) e põe-se a atacar os movimentos construtivos do grupo, incrementando as práticas sabotadoras das transformações criativas.

Outros sentimentos ou emoções humanas comparecem e causam interferências na malha interativa dos processos grupais, gerando ou exacerbando componentes obstrutivos em seu funcionamento. Entre tantos, por sua relevância para o tema em pauta, lembraremos da *arrogância* (um subproduto narcísico) e sua contrapartida, o *servilismo interesseiro*, uma forma de mimetismo com as opiniões e intenções das lideranças grupais, que consiste em abrir mão da dignidade pessoal para a obtenção das benesses do poder circulante no grupo, ao qual o postulante não se supõe capaz de ter acesso a não ser pelo expediente da bajulação.

Tais condutas, decorrentes quer da *arrogância* de quem narcisicamente atribui-se um valor que não tem e desqualifica o mérito alheio quer do *peleguismo* de quem se humilha para contemplar seu triunfo narcísico espelhado no outro, têm efeitos estagnantes sobre a evolução do processo grupal e, conseqüentemente, podem ser arroladas como elementos obstrutivos dos processos sociais.

A *hipocrisia* é outro agente obstrutivo grupal que não podemos deixar de mencionar. Como sugerem suas raízes etimológicas, a hipocrisia é o reduto das atitudes que subvertem a mudança social por manter a emergência dos aspectos conflitivos inerentes a qualquer agrupamento humano abaixo do nível crítico (*hipo – crisis*).

Ao impedir, pela via cínica ou pela intermediação hipócrita, que venham à tona os sentimentos conflitantes, tamponam-se artificialmente as crises institucionais e abortam-se as iniciativas para promover as mudanças capazes de assegurar a continuidade dos processos grupais e, conseqüentemente, a manutenção da saúde institucional.

Ao recordar, *en passant*, que a expressão *crise* (do grego *krisis* – ato ou faculdade de distinguir, escolher, decidir e/ou resolver), como lembra Erikson (1971) – já não padece em nossos dias do significado de catástrofe iminente que, em certo momento, chegou a constituir um obstáculo à compreensão do real significado do termo. Atualmente, aceita-se que *crise* designa um ponto conjuntural necessário ao desenvolvimento tanto dos indivíduos quanto de suas instituições. As crises mobilizam as experiências acumuladas e ensejam uma melhor (re)definição de objetivos pessoais ou coletivos.

Todo e qualquer sistema social é uma caixa de ressonância que amplifica as emoções humanas e as reverbera na trama interpessoal que lhe serve de sustentação. Como, então, apresentam-se e interagem na práxis societária, grupal ou institucional, os elementos, como os mencionados instinto de morte, narcisismo,

busca e manutenção de estados de poder, inveja, arrogância, servilismo, hipocrisia e outros tantos apenas sugeridos e não explicitamente mencionados no texto? E como se exteriorizam em processos obstrutivos?

Vamos nos valer a seguir de uma situação fictícia que nos permite, pela via da ilustração, preencher as lacunas da digressão teórica. Apenas descreveremos a aludida situação, deixando aos leitores a tarefa de correlacioná-la aos conteúdos sobre os quais dissertamos até agora.

Imaginemos que estamos reunidos em um grupo informal para estudar os processos obstrutivos nas instituições sociais em geral. A motivação que nos aproximou é a curiosidade compartilhada sobre os fenômenos mencionados e o desejo de compreendê-los em maior profundidade. Também compartilhamos a convicção de que é em um grupo multidisciplinar que teremos maior proveito pela oportunidade de intercâmbio de ideias.

Eis que alguém repentinamente propõe: – E se fundássemos uma sociedade para estudar os processos obstrutivos nos sistemas sociais e pudéssemos, por meio dela, veicular nossa contribuição a tão relevante questão nos dias que correm? Ponho-me desde já à disposição do grupo para tomar as primeiras providências cabíveis. (O proponente trai, assim, seu irrefreável anseio de liderar tal sociedade.) Ato contínuo, outro membro do grupo, salientando sua experiência prévia como comunicador, sugere uma sigla para a nascente instituição: – vamos chamá-la SPEPOS (Sociedade Para o Estudo dos Processos Obstrutivos Sociais).

Ao que um terceiro, vocacionado pragmaticamente para a codificação informática, contrapõe: – Muito extensa. Vamos condensá-la para SPOS. É suficiente para identificá-la e soa melhor.

Enquanto isso, outro aspirante à liderança do grupo sugere que se cogitem nomes para compor a diretoria, e vai logo indicando dois ou três para cargos de secretário, tesoureiro e relações públicas, deixando estrategicamente vago o de presidente, logo preenchido com seu próprio nome por proposta do secretário recém-indicado, antigo companheiro de lutas políticas em outros arraiais. O tesoureiro, confirmando o acerto da proposição de seu nome para o cargo, vai logo calculando e sugerindo o valor de uma contribuição inicial para os sócios e... Pronto! Lá se foi águas abaixo o objetivo original do grupo, carregado pelo desejo coletivo de abrir espaço para o exercício dos jogos de poder, a serviço dos núcleos narcísicos de cada um dos componentes. E não há nada como a promessa de um cargo diretivo para acionar as vaidades circulantes e preencher as valências narcísicas sempre disponíveis para uma nova tentativa de resgate do estado onipotente original.

O grupo institucional passa a ser, então, o continente propício a esta busca irrefreável de restauração do poder original perdido e que, no registro existen-

cial de cada um de seus membros, jaz no passado arcaico que remonta ao estado de indiferenciação inicial do bebê, em que impera soberana a condição narcísica primordial, que não reconhece a existência do outro porque isso implica revelar a si próprio sua fragilidade e incompletude.

Abstraindo o caráter caricatural do exemplo proposto, é possível imaginar melhor caldo de cultura do que a institucionalização de um grupo, conforme descrito, para o florescimento da inveja, da arrogância, do mimetismo servilista, da hipocrisia acomodatória, da desqualificação do valor alheio e outros tantos elementos perniciosos à integridade e ao progresso de um sistema social? São esses alguns dos mecanismos obstrutivos que sabotam o crescimento de um grupo e corroem seus objetivos originais, trazendo como consequência a inércia e a estagnação que identificam a presença do instinto de morte, na acepção em que o consideramos.

Correlacionando tais eventos com a teoria psicanalítica dos grupos, conforme enunciada por Bion (1970), poderíamos acrescentar que os processos obstrutivos instalam-se na vigência dos pressupostos básicos de dependência, luta/fuga e acasalamento messiânico; ou seja, um grupo deixa de cumprir seus objetivos e apresenta um movimento de detenção evolutiva ou regressão sempre que abandona a condição de grupo de trabalho para se tornar um grupo de supostos básicos, segundo a terminologia bioniana.

Uma última reflexão à guisa de conclusão:

Quando um grupo institucionaliza-se, privilegiando a manutenção de estados de poder a serviço do culto ao narcisismo de seus componentes, além de se desviar de seus objetivos originais, ele torna-se esclerosado, perde vitalidade e, mesmo que não venha a se aniquilar e desaparecer por inteiro, sofre um lento, insidioso e gradativo processo de degradação. Se esse processo de institucionalização antioperativa for muito precoce, o grupo pode chegar à extinção, aprisionado pela carapaça constritiva das estruturas narcísicas de seus membros componentes, tal qual o cérebro de um bebê esmagado pela ossificação prematura do crânio.

Então – alguém poderá se indagar, fazendo uma leitura parcializada ou equivocada do que estamos expondo –, todo processo de institucionalização é nocivo?

Obviamente, não. A instituição – seja ela a família, a escola, um clube esportivo, uma sociedade científica ou uma associação de classe – é o arcabouço, o esqueleto do corpo comunitário, o que, enfim, a sustenta e possibilita o exercício das funções sociais que dão sentido ao périplo existencial de todos nós. No entanto, as instituições, como os seres humanos, “adoecem”. E a doença institucional instala-se a partir do momento em que ela passa a operar como mero

instrumento para o exercício do poder e para servir aos interesses narcísicos de seus membros.

A aceitação da premissa de que os grupos, como os indivíduos, são limitados e finitos e não podem se sujeitar a sacrificar suas finalidades específicas para atender às demandas narcísicas de seus componentes, bem como a sua aspiração de resgatar um poder ilusório, é *conditio sine qua non*, para que se atenuem os processos obstrutivos que ameaçam a sobrevivência operativa de qualquer grupo, instituição ou sistema social.

Em outras palavras, não são as ideologias, mas os indivíduos, que fracassam em suas tentativas de construir um mundo melhor, porque na sua práxis institucional, esse mundo não ultrapassa as fronteiras de seus próprios egos.

Pensamos que adquirir *insight* desses mecanismos obstrutivos vinculados à busca e à manutenção de estados de poder é de suma importância para todos nós que trabalhamos com grupos. Tais mecanismos solapam o funcionamento das instituições humanas e ameaçam sua continuidade e existência. É preciso identificá-los correta e precocemente para, então, podermos introduzir as mudanças necessárias à remoção dos pontos de estrangulamento que impedem o fluxo criativo dos processos grupais. Sem isso, os sistemas humanos tornam-se antioperativos e contribuem para o mal-estar existencial dos que neles convivem.